A Educação de Jovens e Adultos no município de Franca-SP: desafios para o PME

Rode Simonele Alves*, Barbara dos Santos*, Sandra Fernandes Leite, Faculdade de Educação, FE-UNICAMP.

Resumo

Este trabalho tem o objetivo de apresentar os resultados parciais do Trabalho de Conclusão de Curso para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, pela Faculdade de Educação da Unicamp. Tem por objetivo geral compreender como acontece o percurso da modalidade de Educação de Jovens e Adultos no município de Franca frente ao PNE, analisando o PME do município.

Palavras-chave:

Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização de Jovens e Adultos, Políticas Públicas.

Introdução

A modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem um percurso histórico no Brasil desde do final do Século XIX. O seu percurso histórico foi conhecido como “Educação de Adultos” e/ou “Educação Popular”. Esta modalidade de educação tem por objetivo atender sujeitos que estão em defasagem escolar, a partir dos 15 anos, ou aqueles que nunca frequentaram o processo de escolarização regular ou sujeitos que procuram aperfeiçoar a técnica da escrita (LEITE, 2013). Depois da regulamentação da modalidade EJA, a política nacional procurou encaixar esta modalidade em vários planos educacionais de ensino. A proposta mais recente é o Plano Nacional de Ensino (PNE), sob a Lei do PNE nº 13.005/2014.

O PNE é um projeto de nação que envolvem entes federados, instâncias representativas do setor educacional, todas as secretarias e autarquias do país, para desenvolverem ações que na prática contribuam para o cumprimento de todas as determinadas diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dentro de dez anos. Atualmente, está em vigência o PNE de 2014/2024. O Plano está dividido em quatro grupos de metas que definem as ações, responsabilidades e os recursos a serem desempenhados durante estes dez anos. (BRASIL, 2018)

Resultados e Discussão

Após o trabalho final da disciplina EP 886 - Educação de Adultos - ministrada na Faculdade de Educação/Unicamp (2º semestre de 2015), que culminou em uma iniciação científica apresentada no XXIV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp 2016, “A Educação de Jovens e Adultos no Município de Franca - SP: Alguns olhares” motivou a continuar para entender como acontece a EJA neste município frente às políticas educacionais do país.

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem por objetivo geral compreender como acontece o percurso da modalidade de Educação de Jovens e Adultos no município de Franca frente ao PNE, analisando o PME do município. Já nos objetivos específicos, visa compreender as ações educacionais neste município, ou seja, como a modalidade EJA atende e se organiza

frente às metas do PNE (2014 /2024) no PME (2015/2025) do Município.

Figura 01:

<http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=SP&tipo=1>. Município de Franca: Lei e Anexo, p. 10.

Conclusões

Ao observar a organização educacional na Modalidade EJA no município de Franca, através das análises de documentos oficiais dos órgãos governamentais comitadamente as entrevistas, pretende-se com esta pesquisa obter um novo olhar para a modalidade EJA no nosso país com possíveis proposta de políticas públicas para este campo educacional.

Agradecimentos

À Barbara Santos, egressa do curso de Pedagogia que me auxiliou durante toda a caminhada com sorrisos e alegrias compartilhadas.

À professora Sandra Fernandes Leite, pela trajetória que construímos juntas durante o curso de Pedagogia.

Aos funcionários e docentes da Faculdade de Educação, sem vocês, nada disto seria possível!

LEITE, Sandra Fernandes. **O direito à educação básica para jovens e adultos da modalidade EJA no Brasil: um resgate histórico e legal.** 2013. 352 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/250841>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. **PNE em Movimento:** página oficial. 2018. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/>>. Acesso em: 16 jul. 2018

BRASIL. **Lei Nº13.005/2014.** 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 16 jul. 2018.